

CONTEÚDOS PARA TREINAMENTOS, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, PALESTRAS

Os conteúdos listados abaixo são uma prévia dos temas e podem ser adequados ao cliente de acordo com o perfil e demanda da empresa/instituição.

1. Segurança da Informação em ambientes corporativos

- Identificação de possíveis vulnerabilidades legais em que se encontra o sistema de segurança da informação da empresa.
- Abordagem sobre os incidentes mais comuns relacionados com a segurança de informação nas empresas e as consequências jurídicas.
- Apresentação de critérios relevantes para o planejamento de contingenciamento interno para enfrentar uma disputa judicial relacionada à segurança da informação.
- Padrões legais para controle de acesso e monitoramento do sistema da informação, para que sejam protegidos dados pessoais e corporativos.
- Elaboração de documentos referentes à política, normas e procedimentos relacionados à segurança da informação, alinhados aos objetivos do negócio e orientados à redução de riscos.
- Identificação de processos críticos de segurança: autenticação, logon, armazenamento/storage, banco de dados, intranet e extranet, backup, senhas, utilização do e-mail corporativo.
- Plano jurídico de continuidade de negócios relativos à segurança da informação.
- Conscientização da equipe de colaboradores via capacitação *in company*, com relação às condutas e a utilização de instrumentos adequados para a segurança da informação.

2. Resposta a incidentes de segurança da informação

- Identificação de possíveis vulnerabilidades e o nível proteção legal em que se encontra o sistema de segurança da informação da empresas
- Revelar detalhes específicos dos incidentes, traçando novas maneiras de identificar ameaças pelas suas características de ação
- Remediar padrões de ataques e investigar ações desconhecidas.
- Orientações jurídicas em resposta aos incidentes de segurança da informação
- Elaboração de documentos referentes à política, normas e procedimentos relacionados à segurança da informação, alinhados aos objetivos do negócio e orientados à redução de riscos.

- Consultoria sobre coleta de provas no ambiente eletrônico

3. Segurança da Informação na era do fisco digital

- Choque de gestão fiscal: a transição do papel para a era digital
- Importância da tecnologia para buscar eficiência nos aspectos contábil e fiscal
- Quanto vale a informação?
- Os impactos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)
- Dados fiscais e tributários que passaram a trafegar em meio eletrônico
- Gerenciamento da informação no ambiente digital
- Adoção da Política de Segurança da Informação
- Soluções para combater fragilidade e vazamento de dados fiscais e tributários
- Prevenção e controle de riscos

4. Análise legal de Softwares

- Disputas quanto a titularidade dos direitos relativos ao software.
- Regime jurídico de proteção ao programa de computador
- Direitos Morais e patrimoniais do software
- Cessão dos direitos de autor
- Contratos de licença de uso, comercialização, distribuição, aluguel e transferência de tecnologia
- Relações trabalhistas
- Garantia
- Aspectos legais: SAAS e Cloud Computing
- Responsabilidade civil dos desenvolvedores de software
- Pirataria e Contrafação

5. Contratos eletrônicos

- O valor jurídico do contrato eletrônico
- Assinatura digital e identificação dos contratantes
- Contratação eletrônica através de dispositivos móveis de comunicação
- A elaboração de contratos de transferência de tecnologia
- Contratos de prestação de serviços celebrados por meio eletrônico

- Análise e avaliação de riscos quantos aos fornecedores

6. Privacidade Online

- O impacto das inovações tecnológicas nas relações jurídicas e na sociedade digital
- Reputação e credibilidade - patrimônio pessoal e das empresas
- Exibicionismo online x vulnerabilidade do excesso de exposição no meio eletrônico
- Incidentes jurídicos ocasionados no uso de Redes Sociais, sites e blogs.
- Identificação de autoria de ilícitos praticados pelo meio eletrônico
- Medidas legais para reuzir os riscos provocados pelo uso da tecnologia e para coibir os abusos praticados contra a reputação de pessoas e empresas
- Elaboração de uma Política de Privacidade e Termos de Serviço para sites, e-mail
- Orientação para reduzir as vulnerabilidades de exposição da empresa, imagem, vazamento de informações e nas redes sociais.

7. Monitoramento eletrônico - a tecnologia a favor da segurança e não como violadora de privacidade

- A Sociedade da vigilância na Sociedade da Informação
- O condicionamento da privacidade pela tecnologia
- Da privacidade à proteção de dados pessoais e dados corporativos
- Monitoramento a partir de dados pessoais
- Vigilância corporativa através da Internet
- Tecnologia como potencializadora do risco a privacidade
- Limites do monitoramento eletrônico no ambiente corporativo

8. Proteção dos Direitos Autorais na internet

- O impacto das inovações tecnológicas nas relações jurídicas e na sociedade digital
- A internet e a facilidade de obtenção de informação e conteúdo na rede
- O Direito Autoral na internet - o que protege?
- Legislação brasileira para os conteúdos digitais
- A Propriedade do conteúdo disponibilizado online
- Apropriação e Reprodução indevida na internet
- Possibilidades de utilização e reprodução
- O direito moral de autor e a reprodução de obras artísticas
- Proteção autoral de documentos e obras intelectuais na internet

- Propriedade Intelectual: registro de marcas, sites, domínios e direitos autorais

9. Gestão da reputação, imagem e marca na internet

- O impacto das inovações tecnológicas nas relações jurídicas e na sociedade digital
- Presença digital: os riscos provocados à imagem de marcas
- Relação de causa e efeito entre valor da marca e a administração do passivo jurídico empresarial
- Liberdade de informação e expressão na internet
- Proteção da honra e da imagem na internet
- O valor da marca na era digital
- A internet como campo de despejo de insatisfações contra empresas
- Providências em caso de incidentes

10. Questões legais nas redes sociais - como evitar e enfrentar os problemas

- O impacto das redes sociais na sociedade digital
- A liberdade pessoal no ambiente eletrônico
- Limites da liberdade de expressão na internet
- A fragilidade da privacidade exposta nas redes sociais
- Perfis falsos - de quem é a responsabilidade?
- Falsa sensação de anonimato propiciada pela tecnologia
- Os crimes contra a honra nas redes sociais
- Riscos que as redes sociais podem representar as empresas
- Política de acesso as redes sociais: gerenciamento e regras
- Medidas jurídicas

11. Crimes cibernéticos

- O mito da internet como uma zona sem lei
- Espécies de crimes cibernéticos
- Tipos penais mais freqüentes que ocorrem no meio eletrônico
- Polêmicas
- Violação de correspondência eletrônica
- Obtenção, transferência ou fornecimento não autorizado de dado ou informação
- Divulgação ou utilização indevida de informações e dados pessoais
- Como enfrentar um crime cometido no ambiente digital?

- Exclusão de conteúdo indevido da internet
- Provas obtidas no meio eletrônico - O que é relevante para a instrução processual?
- Preservação de dados por parte dos provedores
- O papel da Política de Segurança na prevenção de riscos

12. Fraudes Eletrônicas no sistema financeiro

- O mito da internet como uma zona sem lei
- Espécies de crimes cibernéticos
- Tipos penais mais freqüentes que ocorrem no meio eletrônico e punições
- Prestação de serviços pelo meio eletrônico
- *HomeBanking* - como não estar vulnerável?
- Ausência de legislação que possa punir os fraudadores e estelionatários eletrônicos
- Enfrentamento dos incidentes de fraudes eletrônicas
- Conscientização e boas práticas para transações financeiras online seguras

13. Os crimes contra a honra e o uso de falsa identidade na internet

- O mito da internet como uma zona sem lei - A certeza da impunidade é o combustível da criminalidade
- Falsa sensação de anonimato propiciada pela tecnologia
- O Direito Penal e os crimes cometidos no ambiente eletrônico
- A lesividade de crimes contra a honra praticados pela internet
- Como responsabilizar por calúnia, injúria e difamação ocorridos na internet?
- O poder disseminador das redes sociais
- Perfis falsos nas redes sociais: de quem é a responsabilidade?
- A remoção de conteúdo ofensivo da internet
- Obtenção de dados em poder dos provedores
- Coleta de evidências e provas

14. Relações de Consumo no Meio Eletrônico

- O Direito do Consumidor na era digital
- Legislação aplicável às relações de consumo realizadas via internet
- Princípios de proteção do consumidor
- Da abrangência da relação de consumo no meio eletrônico

- Principais direitos básicos do consumidor aplicáveis à transação eletrônica
- Direito à informação
- Da garantia do produto ou serviço
- Direito à privacidade
- Direito à segurança da informação – Firewall e certificação digital
- Análise sobre cadastros de consumo e banco de dados
- Os cuidados ao efetuar uma transação pelo meio eletrônico

15. Propaganda eleitoral na internet

- O que é propaganda eleitoral segundo a lei brasileira?
- Normas sobre Direito Eleitoral e Internet: o que é permitido e proibido
- O eleitor da era digital
- A regulamentação da propaganda eleitoral na internet nas eleições de 2010
- Retrospectiva de casos práticos da propaganda eleitoral na internet no Brasil
- O impacto da estratégia da campanha política presidencial americana na mídia digital e o reflexo nas eleições brasileiras
- Questões polêmicas
- Os casos de censura de blogs
- Direito de resposta na internet
- Envio de e-mails, spam e sms
- Doações financeiras pela internet
- Remoção de conteúdo da internet e guarda de provas
- A reputação do candidato na mídia eletrônica: do monitoramento a prevenção de riscos a imagem
- Orientações para atuação contenciosa

16. Processo Eletrônico e o novo modelo de negócio da advocacia

- Atual momento de transição da justiça brasileira
- Adoção de novas práticas
- As modificações trazidas pela lei 11.419/2006
- Tendências e impactos do processo eletrônico
- A certificação digital
- Desmaterialização dos autos judiciais
- Equipamentos para novo modelo da advocacia

17. Práticas Processuais por Meio Eletrônico

- A Lei 11.419/2006
- Princípios do processo eletrônico
- Novos Conceitos Jurídico-Tecnológicos
- Assinatura Eletrônica com certificação e sem certificação
- Modalidades de Cadastramento
- Tramitação de autos judiciais em formato digital
- Carta Precatória Eletrônica
- Transmissão de peças por meio eletrônico
- Distribuição
- Peticionamento eletrônico
- Recurso Especial e Extraordinário Eletrônico
- Comunicação eletrônica dos atos processuais
- Diário da Justiça Eletrônico
- Citação, Intimação, Notificação e ofícios
- Acesso aos autos
- Arquivamento de autos digitais
- Das alterações introduzidas no Código Processo Civil – Lei 5869/1973
- Normas de Organização Judiciária dos Tribunais Superiores, Federais, Trabalhistas e Estaduais

18. Advocacia 2.0 - como advogar na era da internet e multiplicar resultados

- Requisitos técnicos necessários para advogar online
- *Cloud computing* – Principais Aplicativos
- Criando uma presença online
- Redes sociais como ferramenta de networking
- Infraestrutura tecnológica
- Monitoramento de conteúdos:
- Intranet
- Digitalização e redução do papel
- Aplicativos para smartphones

